

A participação como política de sustentabilidade para uma melhor qualidade de vida e desenvolvimento local. Estudo de caso no concelho de Portalegre

Participation as a sustainability policy for a better quality of life and local development. Case Study in the Municipality of Portalegre

Tânia Balola

Resumo

A Sustentabilidade ocupa, cada vez mais, um lugar de destaque no nosso quotidiano, ainda assim, os especialistas alertam que as formas de vida só poderão ser asseguradas, se as atividades do ser humano partirem sempre pela preocupação do bem comum e das gerações futuras. Neste sentido esta investigação, realizada no âmbito de um Doutoramento em Sustentabilidade Social e Desenvolvimento, teve como foco sensibilizar as próximas gerações para melhores formas de trabalhar as políticas públicas participativas, tendo em conta o desenvolvimento local e o aumento da qualidade de vida da população do concelho de Portalegre.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, privilegiando-se como instrumentos de recolha de dados, os inquéritos por entrevista e por questionário, dirigidos aos representantes das associações locais, aos dirigentes das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e aos representantes das juntas de freguesia do concelho de Portalegre.

Os resultados parciais apontam que as políticas sociais e culturais sustentáveis são desconhecidas para a maioria dos inquiridos e que a sua participação na sua elaboração é ínfima. Também é verdade que a maioria dos representantes locais não beneficia da maioria das políticas, contudo e apesar das perspetivas e expectativas futuras serem classificadas como boas, não se prevê qualquer ligação às políticas em causa. Sendo assim, o resultado deste estudo prevê uma proposta de novas linhas condutoras e de valor acrescentado na criação de novas estratégias para uma melhor organização e gestão das políticas sustentáveis.

Palavras-chave: Sustentabilidade; desenvolvimento local; participação; qualidade de vida e políticas públicas.

Abstract

Sustainability occupies, more and more, a prominent place in our daily lives, even so, experts warn the world that the ways of life can only be ensured if human activities are always based on concern for the common good and of future generations. In this sense, this research, carried out within the scope of a PhD in Social Sustainability and Development, focused on raising awareness of the next generations to better ways of working on participatory public policies, taking into account local development and the increase in the quality of life of the population of the municipality from Portalegre.

The methodology used was the case study, privileging as instruments of data collection, the surveys by interview and by questionnaire, directed to the representatives of the local associations, to the directors of the Private Institutions of Social Solidarity (IPSS) and to the representatives of the parish councils of the municipality of Portalegre.

The partial results show that sustainable social and cultural policies are unknown to most respondents and that their participation in their elaboration is minimal. It is also true that most local representatives do not benefit from most policies, however, despite the prospects and future expectations being classified as good, no link to the policies in question is foreseen. Therefore, the result of this study provides a proposal for new guidelines and added value in the creation of new strategies for a better organization and management of sustainable policies.

Keywords: Sustainability; local development; participation; quality of life and public policies.

Aprender.

A qualificação da gestão social agregaria valores democráticos à gestão pública, na medida em que esta deveria atuar, considerando que o seu processo de tomada de decisão deve ser executado levando em conta a soberania popular, ou seja, por meio de ações concertadas com a cidadania de modo dialógico. A gestão social não deve, portanto, ser apenas a prática de uma gestão pública voltada para a solução de problemas sociais como muitos idealizam, mas uma prática gerencial que incorpore a participação da sociedade no processo de planejamento e implementação de políticas públicas. (Tenório & Saraiva, 2006, citado por Bier, Bittencourt, Franco & Iser, 2016, p. 765)

Introdução

Atualmente o desenvolvimento e a sustentabilidade surgem de forma indissociável, mesmo que a sustentabilidade ainda seja considerada um novo paradigma, um novo desafio e uma nova responsabilidade para o futuro. A necessidade das políticas sociais e culturais em prol da promoção do bem-estar e da qualidade de vida das populações é fundamental, assim como também podem ser essenciais na promoção de condições iguais ou melhores para as populações sucessoras. Contudo, é sempre importante relacionar o desenvolvimento social e cultural com o bem-estar da população, sendo que as questões da sustentabilidade devem estar diretamente associadas às políticas públicas participativas.

Nesta linha, as questões que suscitaram a necessidade de desenvolver esta investigação foram: verificar se a população representativa do concelho de Portalegre está desperta para a importância da sustentabilidade, nos âmbitos social e cultural; perceber se as políticas públicas sociais e culturais sustentáveis da autarquia são conhecidas pela população e ilustrar a participação ativa na criação das políticas públicas como facilitadora do processo de desenvolvimento sustentável e aumento da qualidade de vida.

Por estas questões surgiu o desejo de sensibilizar as gerações para melhores formas de criar as políticas públicas e de modo participativo, em prol da sustentabilidade social e cultural, nomeadamente do concelho de Portalegre.

Neste seguimento, traçaram-se os seguintes objetivos: conhecer as políticas sociais e culturais sustentáveis que a autarquia desenvolve; perceber se as associações, instituições particulares de solidariedade social/IPSS e juntas de freguesia participam na execução destas políticas; identificar os benefícios das mesmas e expor as perspetivas e expectativas em relação aos impactos que possam ter no desenvolvimento local e no aumento da qualidade de vida do concelho.

A metodologia utilizada foi o estudo de caso, sustentado por inquéritos por questionário (apresentados no artigo) e inquéritos por entrevista (apresentados em

Aprender.

tese), que permitiram fazer o confronto de opiniões, numa abordagem qualitativa entre os representantes do poder local (juntas de freguesia), os representantes locais organizados (associações/IPSS) e os representantes da autarquia.

No presente artigo os resultados parciais apresentados recaem nos dados recolhidos junto dos informadores chave, concretamente as associações/IPSS e juntas de freguesia.

Estratificando a pluralidade das conclusões retiradas desta investigação foi possível perceber que as políticas públicas sociais e culturais sustentáveis são desconhecidas para a maioria dos inquiridos e que a sua participação na elaboração destas políticas é ínfima. Também é verdade que a maioria dos representantes locais não beneficia da maioria das políticas, contudo e apesar das perspectivas e expectativas futuras serem classificadas como boas, não se prevê qualquer ligação às políticas em causa. Da mesma maneira, a maioria dos inquiridos refere ter acesso a uma boa qualidade de vida no concelho, assumindo indicadores habituais e comuns de acordo com a cultura rural.

Deste modo, tendo em conta que a participação das pessoas no desenho das políticas públicas locais é imprescindível para facilitar o processo de democratização do próprio Estado, a satisfação das necessidades das populações fica muito aquém. Sendo assim, o resultado deste estudo prevê uma proposta de novas linhas condutoras e de valor acrescentado na criação de novas estratégias para uma melhor organização e gestão das políticas sustentáveis, quer na realização de reflexões sobre as políticas existentes, quer na promoção da importância da participação das pessoas.

Corpus Teórico

Na senda de Carmo (2001), o desenvolvimento comunitário tem como princípios fundamentais e estratégicos: o princípio das necessidades sentidas em qualquer projeto de intervenção, que deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades dos técnicos representantes; o princípio da participação, em que o envolvimento da população é fundamental para o processo de desenvolvimento; o princípio da cooperação entre o sector privado e o setor público, para a eficácia de qualquer tipo de intervenção; o princípio da autossustentação, que defende processos equilibrados e sem ruturas, suscetíveis de manutenção pela população alvo e de maneira a superar efeitos perversos ocasionais e, por último, o princípio da universalidade, que preconiza que qualquer projeto ou política só poderá ter êxito, quando abrange a população na sua globalidade, tendo como finalidade a alteração das condições identificadas. Ora, a tendência da prática no terreno, para responder a esta problemática poderá concentrar-se num planeamento e numa organização comunitária a nível municipal permitindo assim, a articulação entre vários protagonistas capazes de criar projetos/políticas, como instrumento de coesão e promoção de redes de parceiros.

Nesta linha, Amartya Sen (2000) refere que as pessoas devem ser capazes de decidirem o tipo de vida que querem ter e essas capacidades podem ser estimuladas através da política pública, e por outro lado, essas mesmas capacidades podem influenciar a direção das políticas públicas, através da sua participação.

Da mesma maneira Pereirinha defende que

Aprender.

As políticas sociais requerem, como condição necessária, o reforço da intervenção da sociedade civil, de maneira a que se institucionalizem formas de participação, que permitam o seu envolvimento nas várias fases em que a política social se desenvolve (...) a natureza dos problemas sociais, requerendo atuações globais e políticas ativas torna esta forma de envolvimento necessária. (2014, p. 239)

Não obstante, importa entender como se deve organizar uma política. E a este propósito Howlett e Ramesh (2003), aludidos por Bier, Bittencourt, Franco e Iser (2016), referem que o universo de uma política pública pode ser representado através dos atores, instituições internacionais, estatais e sociais, que mantêm bastante influência direta ou indiretamente sobre esta.

Por sua vez, os subsistemas do universo político ajudam a captar a relação entre os atores, as instituições e as propostas, numa chamada *"Policy-Making"*, como plasmado na figura 1.

Figura 1

O Universo da Política Pública



Fonte: Howlett e Ramesh, citados por Bier, Bittencourt, Franco e Iser (2016, p. 763).

Da mesma maneira, Fernandes (2014) ressalva que a cultura política democrática só poderá ser alcançada quando os grupos organizados da sociedade civil têm contacto com as políticas públicas definidas e detêm capacidade para influenciar, vetar e determinar contornos nas decisões. Reconhece também que os laços entre os diferentes grupos sociais, culturais e poderes públicos são cruciais para o sucesso.

Para Cattani e Ferrarini (2010, p. 165),

Aprender.

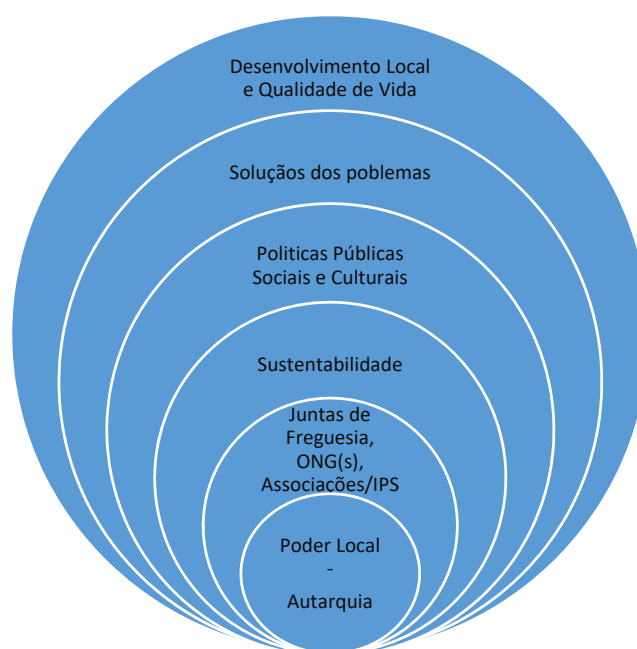
a política pública pode ser um poderoso instrumento para a construção de um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Daí a importância de se fortalecer o debate acerca das políticas emancipatórias, aquelas em que, após a alocação de recursos materiais, humanos e técnicos, a população envolvida consiga ampliar sua autonomia e prover as condições para autossustentação econômica e autogestão.

O contributo da sociedade civil é fundamental para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida da população, na medida em que: valoriza a capacidade institucional do território; valoriza as regras formais; as parcerias; a capacidade de organização; o associativismo; as redes de cooperação territorial; a capacidade de participação e a herança cultural e histórica local.

Na figura seguinte podemos observar um desenho explicativo de como se devem organizar os pressupostos teóricos numa perspetiva territorial.

Figura 2

Cadeia de Relações Sociais e Culturais



Fonte: Elaboração própria

O poder local autárquico encontra-se na génese deste processo como gestor desta relação de proximidade entre os atores e é a partir deste que deve ser estimulada a forma de organização que se pretende.

Desta forma, se a relação entre o poder local e os atores sociais funcionar regularmente, tendo em conta a sustentabilidade das políticas públicas sociais e culturais, os problemas avistam possíveis soluções e, para além do desenvolvimento

Aprender.

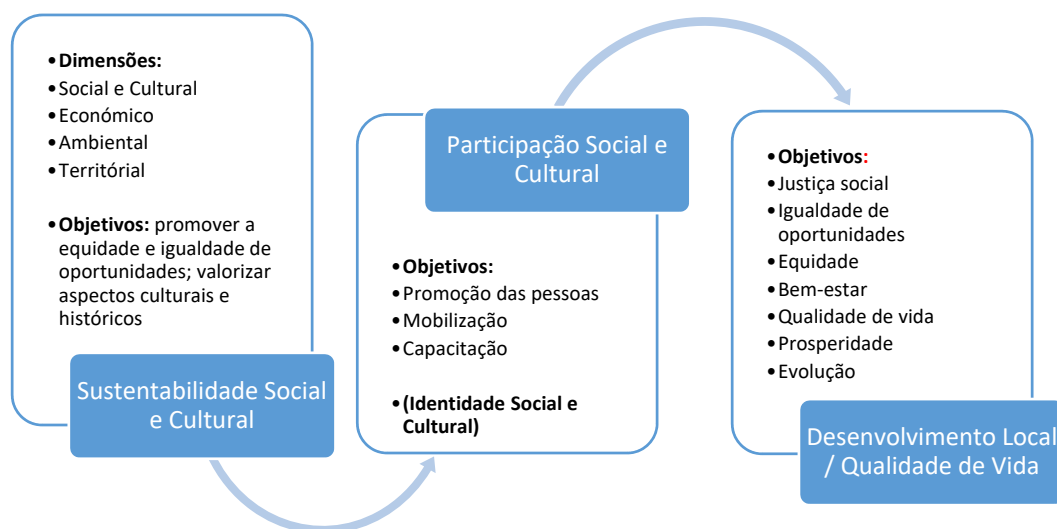
local ser alcançado, a qualidade de vida das pessoas também será uma realidade. Na ótica de Modesto

A participação em políticas públicas pressupõe o uso de mecanismos institucionais e sociais, disponíveis ou a serem criados, incluindo-se, aí, os de representação que precisam ser reformulados e aperfeiçoados. Nesse caso, busca a efetivação dos direitos já consagrados, mas, vai além, tenta construir novos direitos, fortalecendo a sociedade civil no exercício de seu papel político. (Modesto, 2002, p. 764)

Na figura seguinte podemos também inferir qual a relação que os pressupostos devem seguir numa prática organizacional.

Figura 3

Correlação esquemática entre os pressupostos



Fonte: Elaboração própria

As políticas sociais e culturais que mereceram uma atenção especial para esta investigação foram, respetivamente:

Sociais: 1 – Projeto de Inovação Social (FABIS) – Fábrica de Inovação e Impacto Social do Alto Alentejo (Objetivos: diminuir o êxodo rural, fixar a população jovem, reduzir o envelhecimento populacional, promover o bem-estar da população e a melhoria da qualidade de vida). 2 – Habituação Social – Construção e aquisição de habitação a custos controlados (Objetivos: aumentar a qualidade de vida das pessoas,

Aprender.

promover o desenvolvimento económico fixar a população jovem e promover o aumento da população).

Culturais: 1 – IM Previstos Culturais – Entre Portugal e Espanha - Eixo 3 Crescimento Sustentável (Objetivos: promover e consolidar o concelho, envolver as associações, consolidar redes e parcerias). 2 – Conselho Municipal de Cultura – Associativismo (Objetivos: promover a cooperação entre os diversos agentes culturais e promover novas formas de governança).

Método: Procedimentos metodológicos

A amostra definida para o estudo é considerada uma amostra do tipo não probabilístico por conveniência, sendo que, o tipo não probabilístico permitiu uma amostragem simples, rápida e acessível e também permitiu salvaguardar a inexistência de uma base de dados populacional nas juntas de freguesia.

Os informadores privilegiados foram: E1 e E2 como representantes do poder local autárquico, com um total de duas entrevistas; os informadores chave foram: as associações culturais, com o total de 26 questionários (esta relação diz respeito ao número total de associações designadas no site eletrónico da autarquia); IPSS: com o total de 10 questionários, (esta relação diz respeito ao número total de associações registadas no *site* eletrónico da autarquia); representantes de juntas de freguesias: com o total de 7 questionários (número total de freguesias).

Foram aplicados dois modelos de inquérito por questionário: Modelo Q1 - associações e IPSS e o Modelo Q2 - juntas de freguesia num total de 35 inquéritos (26 associações / 9 IPSS) contemplando assim 24 respostas (15 associações / 9 IPSS).

Apresentação e discussão dos resultados

A discussão dos resultados teve em conta o fator da sustentabilidade, da participação política, do padrão da qualidade de vida e do desenvolvimento local. Através dos resultados dos inquéritos verificámos que o conceito de sustentabilidade é um termo cada vez mais falado entre as pessoas e as organizações e todos os inquiridos lhe reconhecem a sua devida importância, nomeadamente para o aumento do nível de qualidade de vida e do desenvolvimento local.

Por outro lado, verificamos também que as políticas públicas sociais e culturais sustentáveis da autarquia não são do conhecimento da maioria dos representantes das associações, contando com 59,3% dos inquiridos, contra 85,7% dos representantes de junta que admitem conhecer a Habitação Social, os Imprevistos Culturais e o Conselho Municipal de Cultura. A FABIS é desconhecida para a grande maioria dos inquiridos.

Embora haja aqui um desequilíbrio em termos de conhecimento entre os diferentes grupos, associações/IPSS versus juntas de freguesia, ambos os grupos reconhecem não desfrutar de qualquer benefício, apresentando valores de 63% e 57,1% respetivamente. Contudo, e mesmo assim, consideram que estas políticas são muito importantes para o desenvolvimento local, com 48,1% por parte das associações/IPSS e 42,9%, por parte dos representantes de junta de freguesias.

Aprender.

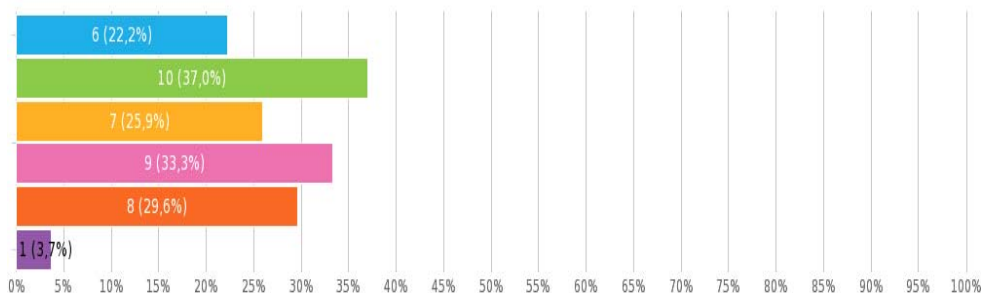
Quando se fala em participação dos inquiridos nas decisões políticas observamos que 66,7% dos representantes das associações/IPSS não têm por hábito participar nas decisões políticas e, por outro lado, 57,1% dos representantes de juntas admitem fazê-lo. Assim, podemos concluir que nos diferentes grupos de inquiridos a maioria não tem por hábito participar nas decisões das políticas públicas. Quanto ao tipo de participação, quando existe, a coletiva é a que reflete uma maior incidência.

As Tabelas/Gráficos 1 e 2 retratam o nível de participação entre os grupos de inquiridos.

Tabela/Gráfico 1

Nível de participação nas decisões políticas, conforme Sayago (2000) - (associações e IPSS)

Resposta	Respostas	Ratio
Participação Individual (decisão individual e de interesse particular)	6	22,2 %
Participação Coletiva (decisões tomadas de forma coletiva)	10	37,0 %
Participação Passiva (participação sem interferir no processo de decisão)	7	25,9 %
Participação Ativa (compromisso de luta e de conquista para alcançar objetivos coletivos)	9	33,3 %
Participação Voluntária (forma espontânea de resolver um problema imediato)	8	29,6 %
Participação Instrumental (quando o propósito é conquistar posição ou poder)	1	3,7 %

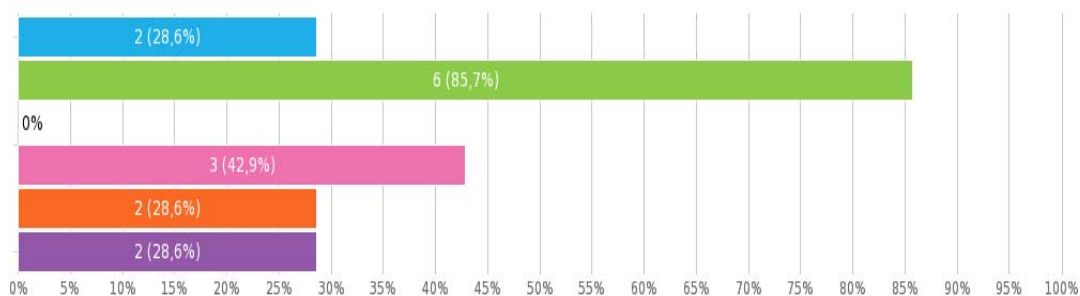


Fonte: Elaboração própria

Tabela/Gráfico 2

Nível de participação nas decisões políticas, conforme Sayago (2000) - juntas de freguesia

Resposta	Respostas	Ratio
Participação Individual (decisão individual e de interesse particular)	2	28,6 %
Participação Coletiva (decisões tomadas de forma coletiva)	6	85,7 %
Participação Passiva (participação sem interferir no processo de decisão)	0	0 %
Participação Ativa (compromisso de luta e de conquista para alcançar objetivos coletivos)	3	42,9 %
Participação Voluntária (forma espontânea de resolver um problema imediato)	2	28,6 %
Participação Instrumental (quando o propósito é conquistar posição ou poder)	2	28,6 %



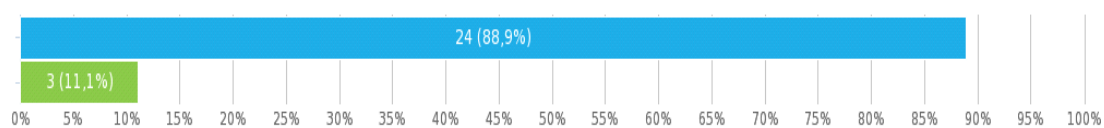
Fonte: Elaboração própria

No que diz respeito ao padrão de qualidade de vida, através da escala de Sen e Erikson, referidos por Nussbaum e Sen (1993), revelam-se valores muito significativos, pois 88,9% das associações/IPSS consideram ter uma boa qualidade de vida e 100% dos representantes de juntas de freguesia também, embora os indicadores considerados como mais importantes sejam diferentes entre os grupos. Podemos observar estes resultados nos gráficos seguintes.

Tabela/Gráfico 3

Padrão de qualidade de vida - associações/IPSS

Resposta	Respostas	Ratio
Sim	24	88,9 %
Não	3	11,1 %

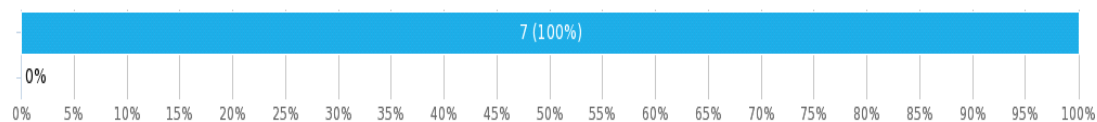


Fonte: Elaboração própria

Tabela/Gráfico 4

Padrão de qualidade de vida - juntas de freguesia

Resposta	Respostas	Ratio
Sim	7	100 %
Não	0	0 %



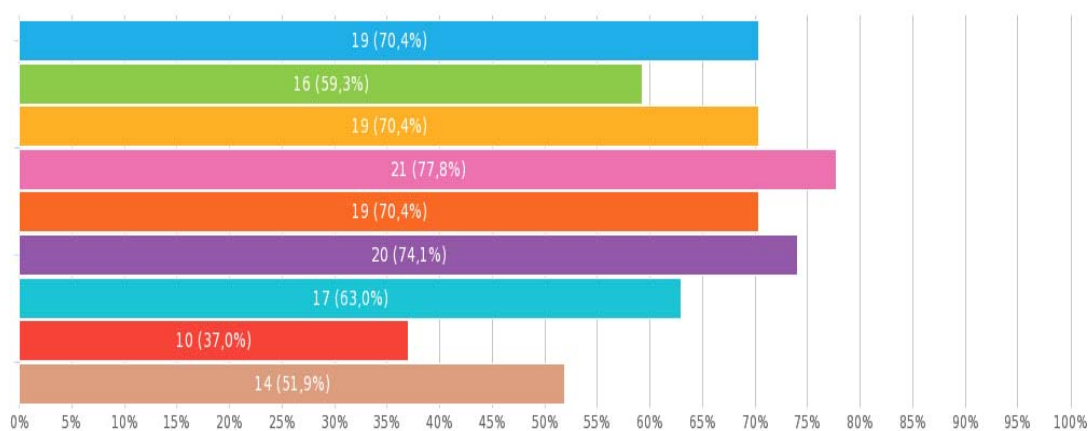
Fonte: Elaboração própria

Os indicadores tidos em conta na classificação do padrão de qualidade de vida dos inquiridos foram os seguintes:

Tabela/Gráfico 5

Indicadores - padrão da qualidade de vida, conforme Sen e Erikson citados por Nussbaum e Sen (1993) - associações/IPSS

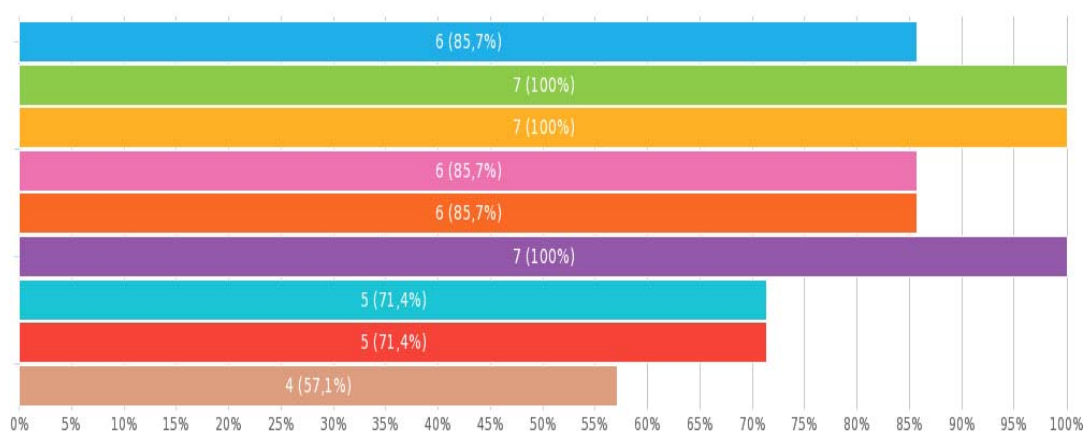
Resposta	Respostas	Ratio
TER - Saúde e acesso a cuidados médicos	19	70,4 %
TER - Emprego e condições de trabalho e segurança	16	59,3 %
TER - Recursos económicos / Condições habitacionais	19	70,4 %
TER - Acesso à Educação, Cultura, Lazer e Viagens	21	77,8 %
AMAR - Boa integração social	19	70,4 %
AMAR - Boa relação com os outros	20	74,1 %
SER - Boa capacidade de integração na sociedade	17	63,0 %
SER - Poder de decisão	10	37,0 %
SER - Atividade política, associativa e acesso a novas oportunidades	14	51,9 %



Tabela/Gráfico 6

Indicadores - padrão da qualidade de vida, conforme Sen e Erikson, citados por Nussbaum e Sen (1993) - juntas de freguesia

Respostas	Respostas	Ratio
TER - Saúde e acesso a cuidados médicos	6	85,7 %
TER - Emprego e condições de trabalho e segurança	7	100 %
TER - Recursos económicos / Condições habitacionais	7	100 %
TER - Acesso à Educação, Cultura, Lazer e Viagens	6	85,7 %
AMAR - Boa integração social	6	85,7 %
AMAR - Boa relação com os outros	7	100 %
SER - Boa capacidade de integração na sociedade	5	71,4 %
SER - Poder de decisão	5	71,4 %
SER - Atividade política, associativa e acesso a novas oportunidades	4	57,1 %



Fonte: Elaboração própria

Os representantes do poder local, nomeadamente 71,4%, atribuem uma maior importância ao indicador do poder de decisão e 57,1% à atividade política que, ainda assim, ocupa um lugar muito abaixo da tabela em comparação aos outros indicadores que são considerados mais importantes. Os representantes das associações enaltecem os indicadores da educação, da saúde, da cultura, dos recursos económicos, etc., e classificam o indicador do poder de decisão como um dos menos importantes para o aumento do nível da qualidade de vida.

Em todo o caso, e mesmo sendo o poder de decisão considerado por ambos os grupos como um indicador de menor importância, os representantes do poder local são os que mais o destacam.

Considerações Finais

As perspetivas e expectativas em relação às políticas sustentáveis em causa, na opinião das associações/IPSS são consideradas razoáveis a boas na área cultural. Por outro lado, os representantes de junta consideram as expectativas boas para a área social e razoáveis a boas para a área cultural. Tanto os representantes de junta, como os associativos/IPSS não consideram as políticas de resposta fraca, mesmo admitindo que não lhe retiram qualquer proveito ou benefício. Em todo o caso, podemos verificar aqui algumas incertezas relativamente à eficácia destas políticas.

Coloca-se a questão: então e se a participação ativa das pessoas nas decisões das políticas públicas fosse regular? Talvez as perspetivas e expectativas também pudessem almejar um patamar mais elevado!

Mundialmente muitas das organizações que zelam pelo desenvolvimento incentivam à participação social como um fator fundamental. Como que uma condição *sine qua non* para o desenvolvimento sustentável.

Um exemplo a ter em conta é que desde o final da 2ª Grande Guerra todas as políticas de desenvolvimento, ou uma grande maioria, não foram nem formuladas, nem implementadas com a participação da população, logo não conseguiram atingir os objetivos estabelecidos. Além disso, estas políticas foram impostas pelos tecnocratas e eram direcionadas apenas para o desenvolvimento económico e industrial. Ora, assim as diferenças sociais entre países continuaram idênticas, invariáveis e mais intensas (Furtado & Furtado, 2003, citados por Rocha & Bursztyn, 2005, p. 46). É também a partir da década de 1990 que os termos como *Stakeholders* e *Empowerment* passam a ter destaque.

Contudo, atualmente, e passado mais de meio século, parece que continuamos a cometer os mesmos erros, visto que, a interferência dos agentes políticos na condução das ações coletivas locais é visivelmente dominante em relação ao direito e exercício da cidadania, ou seja, os governantes ocupam um patamar extremamente alto relativamente ao dos governados.

A participação é uma cultura que ainda não está totalmente difundida nas sociedades, importando despertar as comunidades para a importância de a vontade geral ser construída através dos próprios cidadãos. Pois, como afirma Perico (2003), citado por Rocha e Bursztyn, (2005, p. 47) “A cidadania ativa é fundamental para alcançar o bem-estar e o progresso, como interesse coletivo em implementar políticas que favoreçam o desenvolvimento individual e coletivo.”

Também a Revista *The Economist* (2022) posiciona Portugal, em 2022, na categoria de democracia fraca, tendo em conta que os indicadores da cultura política e da participação política são os que reúnem menos pontos.

Se formos a analisar todas estas considerações, em conformidade com os autores referenciados, a solução de muitos problemas e carências estará relacionada diretamente com a questão da participação das pessoas, dos representantes do poder local e da própria sociedade civil nas decisões políticas, bem como, na criação das políticas públicas de interesse comunitário.

Não devemos, pois, assumir a democracia como uma garantia de prosperidade e equidade, justificando promover a participação da sociedade civil no poder político deixando ao governo, para além de governar: descentralizar; coordenar e flexibilizar.

Referências Bibliográficas

Bier, C., Bittencourt, J., Franco, C., & Iser, C. (2016). Participação cidadã na formulação da política pública do esporte catarinense. *Cad. EBAPE.BR*, 14(3), 759-775. <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395124011>

Carmo, H. (2001). A atualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social. In J. Ornelas & S. Maria, *Actas da 1ª Conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental* (pp. 1-28). ISPA. <http://hdl.handle.net/10400.2/1853>

Cattani, A. D., & Ferrarini, A. V. (2010). Participação, desenvolvimento local e política pública: estratégias articuladas para a superação da pobreza, *Revista Katálysis*, 13(2), 164-172. <https://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/03.pdf>

Fernandes, T. (2014). *A Sociedade Civil* (1ª Edição). Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Modesto, P. (2002). *Participação popular na administração pública. Mecanismos de operacionalização*. Jus Navigandi, Teresina, 6(54). <https://jus.com.br/artigos/2586>

Nussbaum, M., & Sen, A. (Edts.). (1993). *The quality of life*. Clarendon Press. <https://digitallibrary.un.org/record/168576>

Pereirinha, J. A. (2003). *Economia Social e Estado-Providência. Intervenção Social* (27), 233-240. <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1082>

Rocha, J. R., & Bursztyn, M. (2005). A importância da participação social na sustentabilidade do desenvolvimento local. *Interações, Revista Internacional de Desenvolvimento Local. A Importância da Participação Social na sustentabilidade do desenvolvimento local* 7(11), 45-52. <https://www.interacoes.ucdb.br/interacoes/article/view/496/540>

Sayago, D. A. V. (2000). *A invenção burocrática da participação: discursos e práticas no Ceará*. [Tese de Doutorado, Universidade de Brasília]. Repositório da Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/11907/1/2012_MariannToth.pdf

Sen, A. (2000). *Desenvolvimento e Liberdade* (8ª edição). Companhia das Letras.

The Economist. (2022). *Index Democracy*. <https://www.economist.com/graphic-detail/2021/02/02/global-democracy-has-a-very-bad-year>

.Aprender.

Declaração de conflito de interesses: N/A

Notas sobre a autora:

Tânia Isabel Rodrigues Balola
taniabalola@ippportalegre.com
ORCID: 0000-0001-7750-247X
Santa Casa da Misericórdia de Gavião
Instituto Politécnico de Portalegre